



RELATÓRIO & CONTAS

2010

Praceta João Caetano Brás Nº 10 1º A.B.C.

2005 – 517 Santarém

I. Órgãos Sociais	3
II. Relatório do Conselho de Administração.....	4
Introdução.....	4
Enquadramento macroeconómico	7
Actividade	11
Análise económica e financeira.....	20
Perspectivas futuras.....	29
Agradecimentos.....	31
Proposta de aplicação de resultados	32
III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010	33
Balanço em 31 de Dezembro de 2010.....	34
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010	37
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	39
Introdução.....	39
NOTA 3 – Critérios de avaliação.....	39
NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras.....	41
NOTA 11 – Movimentos do activo tangível e intangível	41
NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes.....	42
NOTA 23 - Compromissos assumidos.....	43
NOTA 24 - Movimento das provisões	44
NOTA 29 – Capital próprio	45
NOTA 31 – Outros activos e passivos	45
NOTA 34 – Volume de emprego.....	48
NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais	48
NOTA 39- Outros resultados de exploração	50
NOTA 41 – Carga fiscal	51
NOTA 45 - Operações de locação financeira	52
NOTA 50 – Informação sobre participações financeiras.....	52
NOTA 51 – Outras informações.....	53
Anexo	55
IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único	57
V. Certificação Legal de Contas	58
VI. Relatório do Auditor Independente	60

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Instituto de Turismo de Portugal, I.P., representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
Vice-Presidente	NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes
Secretário	Banco Santander Totta Portugal, S.A., representado por José António Silva Barata

Conselho de Administração

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI, representado por Luís Filipe Soares dos Santos
	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém A.E., representada por João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Banco BPI, S.A., representado por Renato Fernando Ribeiro da Silva
	Banco Comercial Português, S.A., representado por Anabela Pereira Dolores Frazão
	Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por Isabel Maria Lopes Vieira Neto
	Banco Espírito Santo, S.A., representado por Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
	Turismo de Portugal, IP, representado por Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco
	S.P.G.M. – Sociedade de Investimento, S.A., representada por Rui Pedro Lopes Brogueira
	Nerlei – Associação Empresarial da Região de Leiria, A.E., representada por Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto
	Banco Santander Totta Portugal, S.A. representado por Octávio José da Conceição Cordeiro

Comissão Executiva

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Renato Fernando Ribeiro da Silva
	João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Anabela Pereira Dolores Frazão
	Rui Pedro Lopes Brogueira

Fiscal Único

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2010 o seu oitavo ano de actividade. O ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso instrumento de acesso ao crédito por parte das empresas numa época de contracção deste importante vector de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano transacto veio acentuar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre de 2008, com profundas incidências no mercado de crédito que foram agudizadas pela crise do financiamento da dívida soberana. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua actividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas.

Por outro lado, o custo do financiamento para os Bancos tornou-se ao mesmo tempo mais elevado, o que haveria de se transferir para os consumidores de crédito. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da actuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a percepção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da percepção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e aumento do custo associado aos financiamentos, aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transacto. Sendo a Garval uma entidade umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a actividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de

operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium bcp, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Santander Totta, Barclays Bank, Caixa Económica Montepio Geral, Banco Português de Negócios, Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, Banco Popular Portugal, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento.

No âmbito do Programa FINICIA do IAPMEI, foram assinados dois novos protocolos ao abrigo do Eixo III deste programa (Vila Velha de Ródão e Castelo Branco) que representam um volume global de 750 milhões de euros de fundos iniciais disponíveis para pequenas iniciativas empresariais de âmbito regional. No âmbito do Eixo II do mesmo programa mantiveram-se disponíveis os protocolos de apoio ao ciclo de vida inicial das empresas anteriormente celebrados com o Banco Espírito Santo, com o Millennium bcp e com o Banco Santander Totta, bem como o protocolo para Microcrédito existente com o Banco BPI.

As sociedades de garantia mútua, no âmbito do Programa FINCRESCE do IAPMEI, que visa a identificação das PME Líder (empresas que pelas suas qualidades de desempenho e perfil de risco se posicionem como motor da economia nacional em diferentes sectores de actividade, prossequindo estratégias de crescimento e liderança competitiva), tendo em vista a disponibilização de um conjunto de soluções financeiras muito favoráveis a essas empresas através da negociação de linhas de crédito com as principais entidades bancárias, permitiram estabelecer uma plataforma única de avaliação do potencial económico e perfil de risco das empresas, com a harmonização dos critérios de avaliação das diferentes entidades, tendo em conta os critérios utilizados nas linhas de crédito protocoladas entre as sociedades de garantia mútua e as instituições de crédito em questão.

O ano de 2010 ficou marcado pela continuação da intervenção da garantia mútua nas linhas PME Investe que haviam sido implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reacção à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME.

Neste sentido, em 2010 foram celebradas duas novas Linhas PME Investe: V, com dotação para 750 milhares de euros de financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 512,5 milhões de euros; VI, com dotação para 1 250 milhões de euros de Financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 670 milhões de euros e VI- Aditamento com uma dotação de 1 500 milhões de euros pressupondo a intervenção de garantia mútua até 800 milhões de euros. Estas novas linhas

continuaram a ser um forte apoio para as empresas, principalmente através das sub-linhas específicas para micro e pequenas empresas (MPE), classificadas em função do número de trabalhadores, permitindo apoiar a nível nacional perto de 36 000 empresas. Em particular, no ano de 2010, a Garval apoiou 3 702 empresas através destas sub-linhas.

Para a Região Autónoma dos Açores mantiveram-se operacionalizadas ainda em 2010 duas Linhas específicas (Linha de Crédito Açores Investe e Linha de Crédito Açores Empresas) com contornos semelhantes às Linhas PME Investe anteriormente referidas, atentas as especificidades próprias da Região e do seu tecido empresarial, ambas promovidas pelo Governo Regional dos Açores.

A intervenção nestas Linhas alterou o paradigma de funcionamento da Sociedade que, por terem um período de distribuição concentrado no tempo e sendo dinamizadas pelas redes comerciais dos vários Bancos protocolados, mantiveram um elevado nível de pressão sobre a estrutura humana, tecnológica e processos. Não obstante, foi possível manter o nível de serviço, assegurando resposta às solicitações com elevados padrões de qualidade, dentro dos prazos definidos, sem perda de controlo da qualidade do crédito.

Foi também mantida a intervenção ao nível das linhas de crédito para estudantes com várias instituições de crédito (Banco BPI, Banco Santander Totta, Banif, Millennium bcp, Montepio, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, esta já durante 2008), promovendo a igualdade de oportunidades do acesso ao ensino superior. Esta intervenção, tornada possível com a publicação do diploma DL 309-A/2007, que alterou a legislação das Sociedades de Garantia Mútua, passando a permitir também a garantia de pessoas individuais e a prestação de garantias de carteira, bem como de dotações específicas para o Fundo de Contragarantia Mútua realizadas pelo Ministério do Ensino Superior, permitiu o apoio por parte do Sistema de garantia mútua a mais de doze mil estudantes. Destes, 2 900 foram apoiados em 2010.

Manteve-se ainda a intervenção na Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e protocolada com o sistema bancário e as SGM no montante global de 100 milhões de euros. Esta linha para além do envolvimento de um novo e relevante parceiro no Sistema – o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – tem a SPGM, como entidade encarregue pela gestão da referida Linha.

Registou-se a manutenção da trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, no entanto não tão expressivo como no ano anterior que representou um incremento sem precedentes

da procura do produto garantia mútua.

A *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Com sede em Santarém, fomos, conjuntamente com a Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, uma das primeiras Sociedades de Garantia Mútua a operar em Portugal. No início de 2007, principiou a actividade a Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Coimbra, para actuação específica no sector agro-florestal. A sociedade tem orientado o desenvolvimento da sua actividade para as PME da zona Centro do País e Região Autónoma dos Açores.

A Garval manteve a sua estratégia de proactividade comercial junto das empresas do tecido económico de intervenção, encontrando quer no contacto directo junto empresas quer na possibilidade de criar valor com as nossas intervenções, uma recompensa pela acção desenvolvida na oportunidade de poder actuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite uma abordagem ao mercado através do direccionamento da proactividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira. Dentro desta estratégia de proximidade, em 2010 procedeu-se à abertura da Agência da Garval em Coimbra.

Enquadramento macroeconómico

Após um ano como o de 2009 em que o produto mundial terá diminuído 0,5%, 2010 ficou marcado pela retoma mundial, tendo o produto mundial crescido cerca de 4,7% segundo as estimativas de Outubro do FMI. Não obstante, este crescimento mundial foi mais acentuado nos países em desenvolvimento e nas novas potências industrializadas – que não foram muito afectados pela crise de 2008/2009 – do que na UE ou nos EUA.

Actualmente, a zona euro enfrenta fortes desafios motivados por factores como a crise da dívida soberana da Grécia e da Irlanda, que tiveram de recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF) criado propositadamente para a ajuda à crise grega; a especulação relativa à possível intervenção deste Fundo em Portugal; os receios internacionais quanto ao possível impacto da crise mundial em Espanha; e por fim, o elevado endividamento de várias economias (agravados com as medidas anti-crise tomadas em 2009 e pelos mecanismos de apoio social).

No que à economia portuguesa diz respeito, 2010 foi um ano de retoma económica – segundo o Banco de Portugal (BdP) o PIB terá variado 1,3% – apoiada essencialmente no crescimento das exportações (e diminuição das importações) mas que acabou em forte desaceleração (particularmente no consumo privado) decorrente das medidas de austeridade tomadas para combater o elevado deficit das finanças públicas.

Portugal enfrenta agora um enorme desafio pois necessita de crescer num período de diminuição do apoio estatal, agravado com dificuldades de acesso a crédito internacional, apresentando-se esta como a única via de ultrapassar os problemas de desemprego e de convergir com os países mais desenvolvidos da UE.

A perspectiva para 2011 é que o plano de austeridade apresentado pelo Governo - cujos efeitos em particular se vão fazer sentir através da descida dos salários da função pública, da subida da taxa máxima do IVA para 23% e da diminuição das deduções fiscais - vá acentuar a diminuição do consumo privado o que, associado à diminuição do consumo público e aos anunciados cortes em quase todas as rubricas orçamentais, faz com que o BdP preveja para este ano uma variação do PIB de -1,3%.

Não obstante, caso os 0,2% de crescimento do PIB previstos no Orçamento de Estado para 2011 não sejam atingidos, mantém-se em aberto a possibilidade de serem tomadas medidas adicionais de controlo da despesa pública, de forma a cumprir o compromisso de 4,6% de deficit.

Em Dezembro de 2010 o Governo apresentou a Iniciativa para a Competitividade e o Emprego, pacote com cerca de 50 medidas pró-crescimento que se desenvolve em cinco áreas fundamentais: competitividade da economia e apoio às exportações; simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas; competitividade do mercado de trabalho; reabilitação urbana e dinamização do mercado de arrendamento; e combate à informalidade, fraude e evasão fiscal e

contributiva. Nesta altura decorrem negociações com as várias entidades envolvidas tendo em vista a formalização efectiva até ao final do primeiro trimestre de 2011.

Esta iniciativa poderá desempenhar um papel fundamental no desempenho da economia nacional e evitar a necessidade de novas medidas de austeridade se conseguir que os efeitos pró-crescimento, principalmente o investimento privado e as exportações, sejam superiores aos efeitos contraccionistas das medidas de austeridade.

Reflectindo a instabilidade económica e antecipando o efeito do plano de austeridade, o mercado bolsista português desvalorizou 10,3% durante o ano de 2010, em contraste com as principais bolsas europeias, que registaram valorizações, principalmente a partir do mês de Julho.

A inflação verificada em 2010 em Portugal, calculada pelo INE, cifrou-se nos 1,4% mas demonstra uma tendência de subida, prevendo o BdP um valor de 2,7% para 2011.

Sistema bancário nacional

Durante 2010, o Sistema Bancário Nacional continuou a verificar dificuldades de financiamento nos mercados internacionais a taxas competitivas, em grande medida decorrentes das dificuldades financeiras do Estado, o que se reflectiu em sucessivos ajustamentos em baixa dos ratings dos bancos (em consonância com o rating do país) e várias agências de rating a manterem outlooks negativos para o futuro. Apesar disso, todos os bancos analisados nos Stress Tests de Julho passado, superaram os cenários mais adversos considerados.

Em consequência destas dificuldades, os bancos procuraram em 2010 reforçar a captação de depósitos e aumentar os seus rácios de capitais prevendo-se que, para 2011, se continue a verificar esta tendência.

Desta forma, consubstanciado nos mais recentes “Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito” (IBMC) do BdP, vem-se assistindo consecutivamente a um aumento das restrições na concessão de crédito, tanto a empresas como a particulares, através do aumento de spreads, garantias exigidas e outras despesas, e também pela diminuição quer de montantes quer de maturidades. Tal resulta

sobretudo das dificuldades dos bancos no acesso a financiamento de mercado, à sua posição de liquidez e a um aumento dos riscos percebidos.

Neste contexto, as Linhas PME Investe, pelo facto de reduzirem consideravelmente o risco assumido pelos bancos no crédito que concedem, continuaram a ter um papel preponderante na possibilidade das PME acederem a financiamentos, bem como na manutenção dos níveis acentuados de crescimento verificado no Sistema Nacional de Garantia Mútua.

Para o ano de 2011, prevê-se que as dificuldades dos bancos no acesso ao crédito se irão manter enquanto não melhorarem os fundamentais de Portugal e enquanto as taxas de juro não voltarem a diminuir, com consequências na manutenção e eventual acentuação das restrições ao crédito.

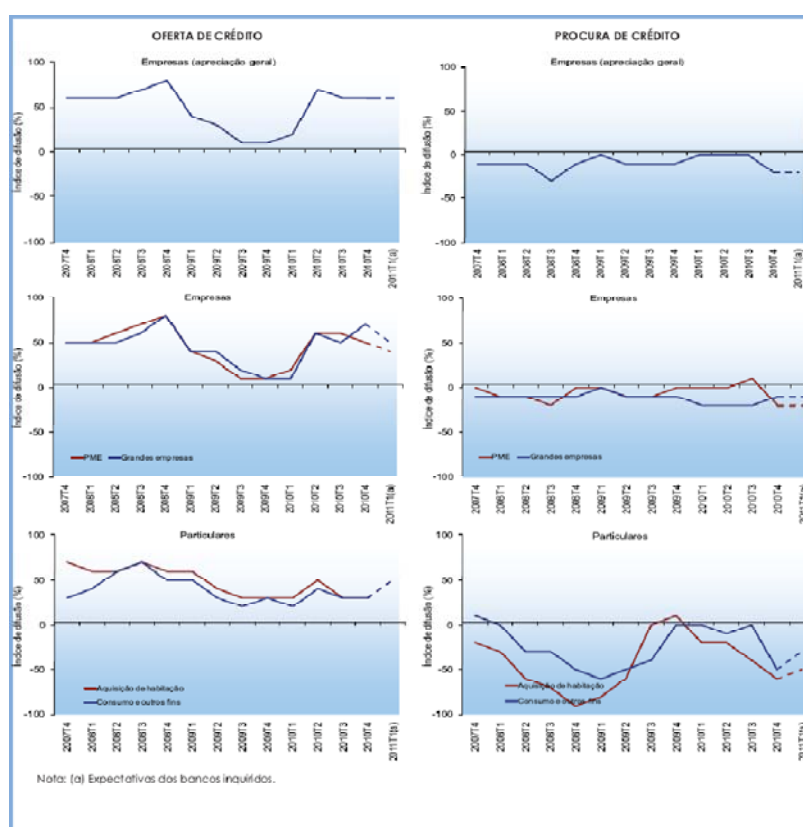


Figura 1: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas e Particulares // Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

Actividade

Enquadramento

Para o desempenho evidenciado pela Sociedade no exercício de 2010 em muito contribuiu a reorganização levada a cabo durante os anos anteriores, permitindo aumentar os níveis de eficiência e a capacidade de resposta da Garval. Esta reorganização foi complementada com o aumento do nível de recursos humanos e a melhoria dos meios materiais, nomeadamente quanto ao nível das plataformas informáticas.

Para além do recurso a entidades externas que têm vindo a prestar apoio ao nível de consultoria, a Sociedade tem beneficiado grandemente com o elevado grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua, apresentando a todo o momento os seus contributos numa perspectiva de desenvolvimento integrada.

Apresentando um escrupuloso cumprimento do mandato existente, a Sociedade apresentou um crescimento relevante dos seus recursos humanos, com uma taxa de redimensionamento de 25,6% face a 2009. Apenas através do crescimento orgânico se tornou possível responder ao aumento do nível de procura que se registou, assim como aos picos de produção motivados pelo início de distribuição e de contratação das Linhas PME Investe.

O desempenho operacional da Garval foi muito positivo, registando-se o crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. Não obstante, fruto da antiguidade da carteira de garantias vivas e do impacto da conjuntura de crise que tem caracterizado a economia nos últimos anos, assistiu-se em 2010 a um efeito de aumento da sinistralidade, quer em montante de garantia, quer em montante líquido do sinistro, provocando um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido. Tal, ainda que se tenha verificado a níveis absolutamente aceitáveis, influenciou negativamente os Resultados da Sociedade.

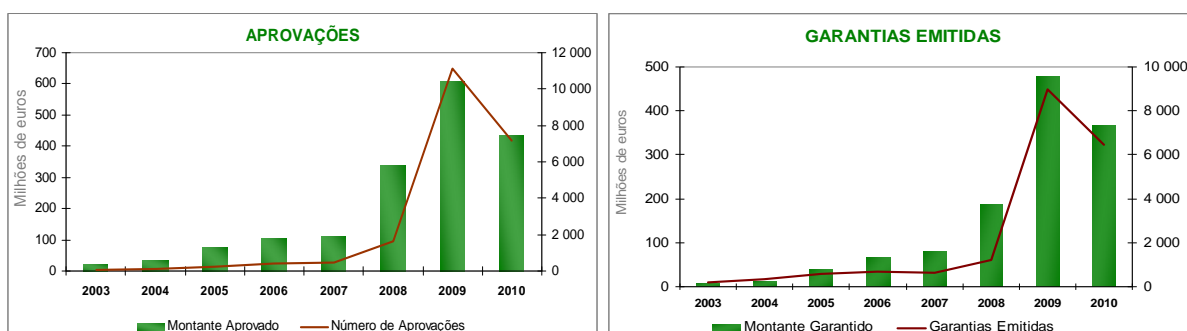
Tendo em particular atenção a conjuntura adversa que se coloca sobre a economia e que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Garval face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida principalmente como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados sobre a carteira de garantias.

Para além da constituição de Provisões Económicas, realizadas em conformidade com a percepção da deterioração da qualidade da carteira de crédito, a Garval constituiu provisões anti-ciclo que se destinam a reflectir no Balanço da Sociedade o impacto do potencial de degradação da conjuntura económica.

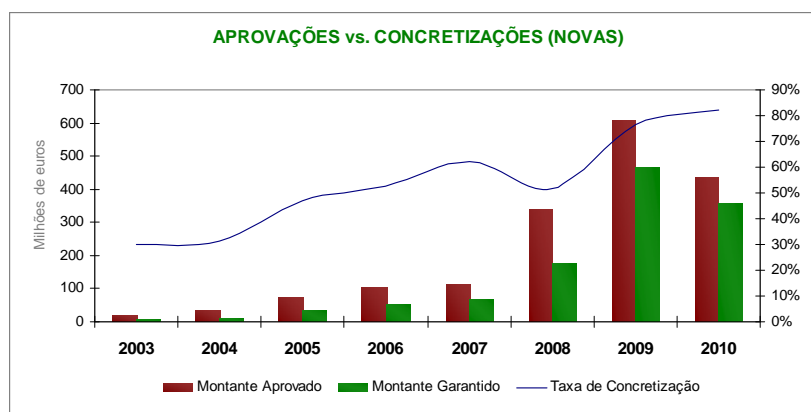
No âmbito da adequação dos níveis de capitalização da Sociedade, num período particularmente exigente no âmbito do crescimento do negócio, foi realizada a segunda e última tranche do aumento de capital deliberado em 2009 e que elevou o Capital Social da Garval de 20 para 50 milhões de euros.

Actividade Desenvolvida

Em 2010 a Garval prestou 6 363 garantias novas, que ascenderam a um total de 357,4 milhões de euros. Acrescem a estas 76 renovações de garantias que ascenderam a 9,8 milhões de euros. O valor médio de garantias situou-se em 56,1 mil euros, o que representa um crescimento de 5,4 % face ao ano anterior. No mesmo período foram aprovadas 7 137 garantias e *plafonds* de garantias, no montante de 435,8 milhões de euros.

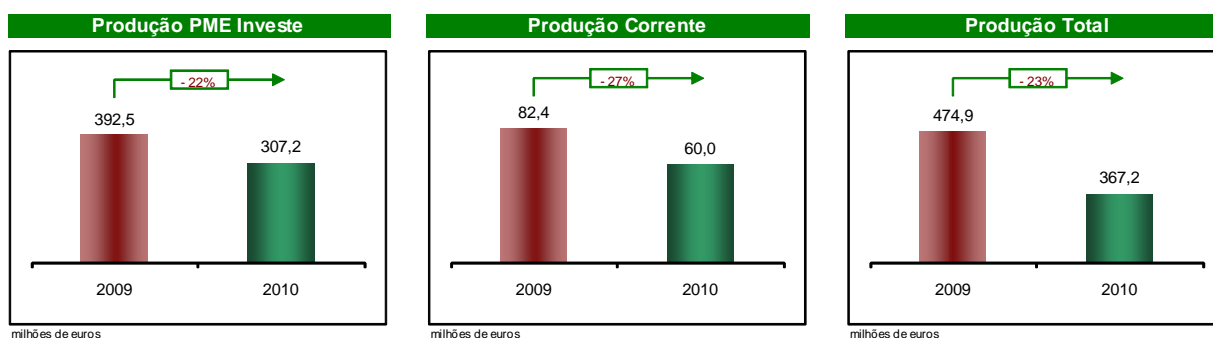


Desde o início de actividade da Garval em 2003, o acumulado das garantias emitidas ascendeu 1 233 milhões de euros. Fruto da intervenção nas Linhas PME Investe, em particular nas sub – linhas MPE, verificou-se uma evolução positiva na taxa de concretização que atingiu em 2010 os 82% do total de operações aprovadas.

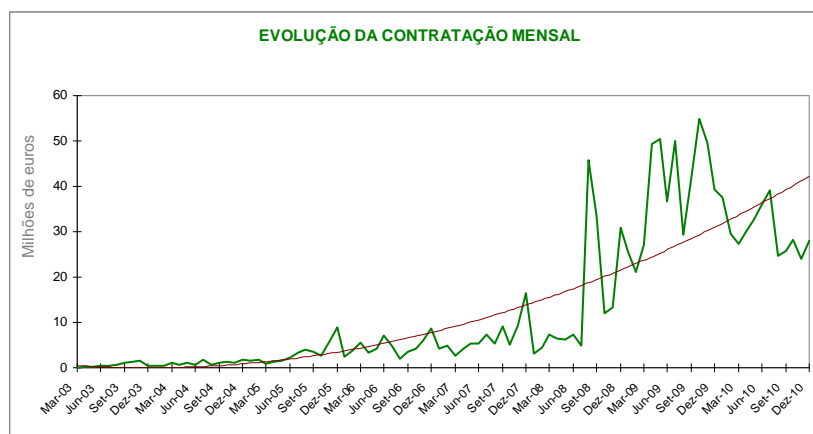


Como já foi oportunamente referido, o crescimento da sociedade no ano de 2010 deveu-se sobretudo à intervenção nas linhas PME Investe, embora em menor volume que no ano de 2009. Apesar do decréscimo dos montantes garantidos (-23%), o peso da contratação PME Investe continua a ser muito significativo. O montante de garantias emitidas ao abrigo destas linhas atingiu 307,2 milhões de euros em 2010, representando 83,7% do total de operações contratadas.

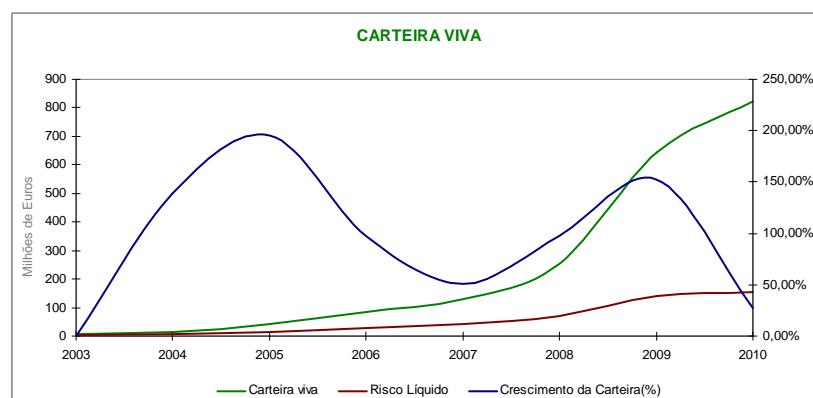
Importa ainda referir que a produção corrente da sociedade, excluindo a actuação ao abrigo das Linhas PME Investe apresentou um peso de 16,3% do volume total de garantias emitidas (em 2009 havia sido de 17,4%), pese embora o consumo de recursos a que continua obrigar a participação nas referidas linhas. Tal representa também a evidência do compromisso da Garval em prestar apoio às empresas do seu âmbito de actuação, em particular numa conjuntura de constrangimentos no acesso ao mercado de crédito e na negociação de melhores condições de financiamento.



Apesar do decréscimo dos montantes contratados, a taxa de concretização tem vindo a evoluir de uma forma crescente, permitindo afirmar que a prospecção e análise de novas operações, tem vindo a tornar-se cada vez mais eficiente e produtiva, ao longo de todo o processo.



Verificou-se em 2010 um aumento de 27,7% da carteira viva de garantias face ao período homólogo, fruto principalmente da produção induzida através das linhas PME Investe. Simultaneamente, o crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por um aumento do nível de contragarantia de FCGM permitindo que o ritmo de crescimento do risco líquido seja significativamente inferior à taxa de crescimento da carteira. No final de 2010 a contragarantia média da carteira situava-se em 80,96%.



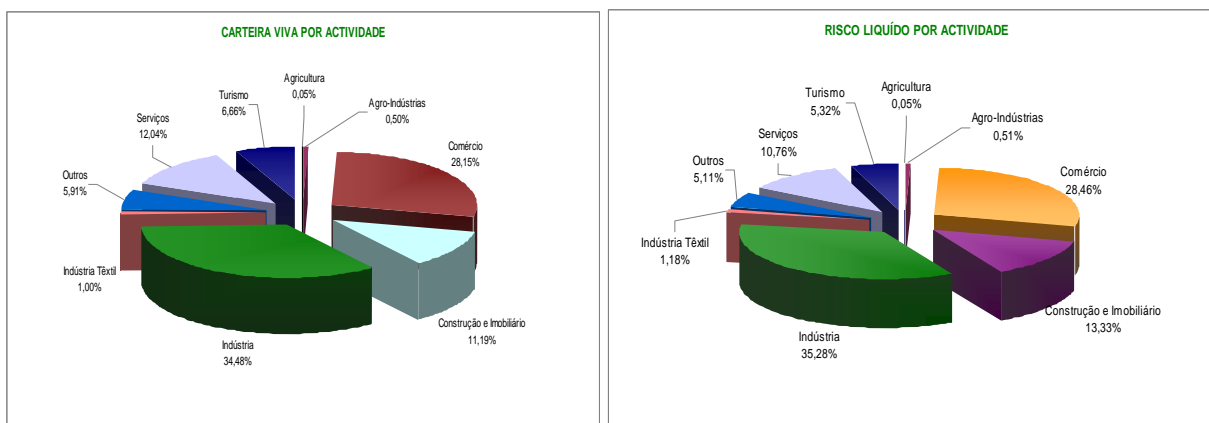
Da desagregação da carteira por actividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector da Indústria, que corresponde a 34,48% do montante garantido, apresentando um valor de garantia média na ordem dos 61, 2 mil euros.

O sector do Comércio assume também uma posição relevo, representando 28,15% da carteira viva, com uma garantia viva média de 32,6 mil euros. Este sector apresenta a maior concentração em termos de número de garantias vivas (31,5%).

O sector da Construção e Imobiliário representa 11,19% da carteira viva. No entanto, no que respeita ao número de garantias vivas este sector de actividade representa 16,37% do total de garantias. Esta intervenção é em grande medida realizada através de plafonds de garantias técnicas e de boa execução. Com exclusão deste tipo de garantia, a exposição total a este sector é de 9,37%

representando 14,7 mil euros (8,83%) de risco líquido.

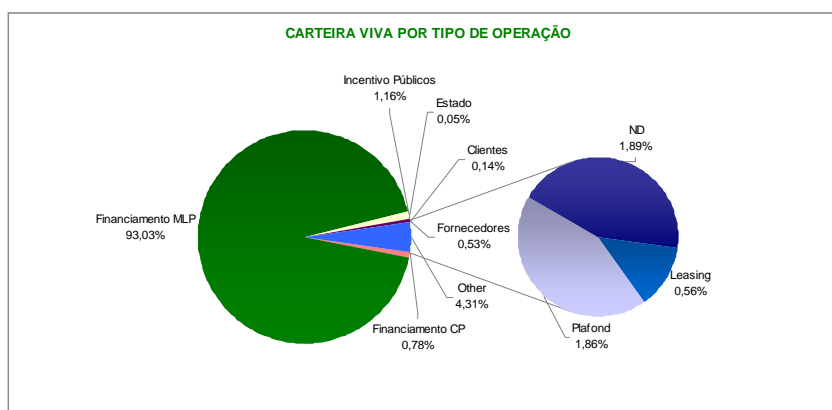
O Sector dos Serviços também tem um peso significativo na carteira, representando 12,04% do montante total da carteira viva, e 14,1% do número de garantias vivas. A garantia média neste sector é de cerca de 30,7 mil euros.



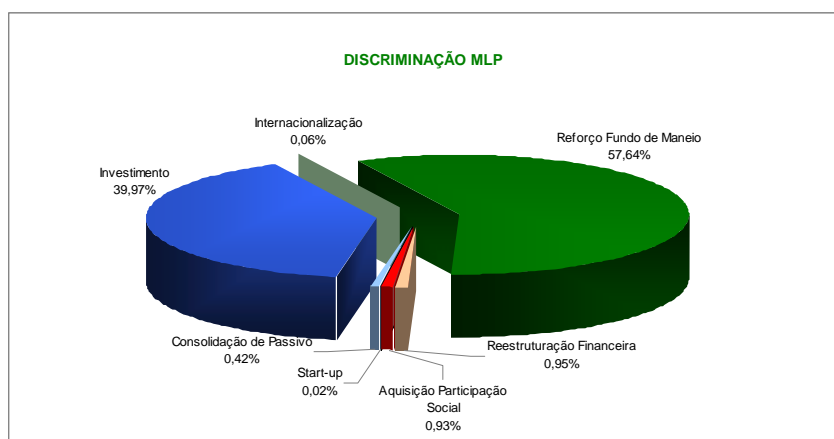
No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração através da intervenção em financiamentos de médio/longo prazo, com 15 788 garantias, que representam 89,96% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias é de 48,4 mil euros.

De seguida, apenas se destaca a intervenção através de *plafonds* de garantias técnicas e de boa execução, com 1 237 garantias, representando 8,12% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias ronda os 12,36 mil euros.

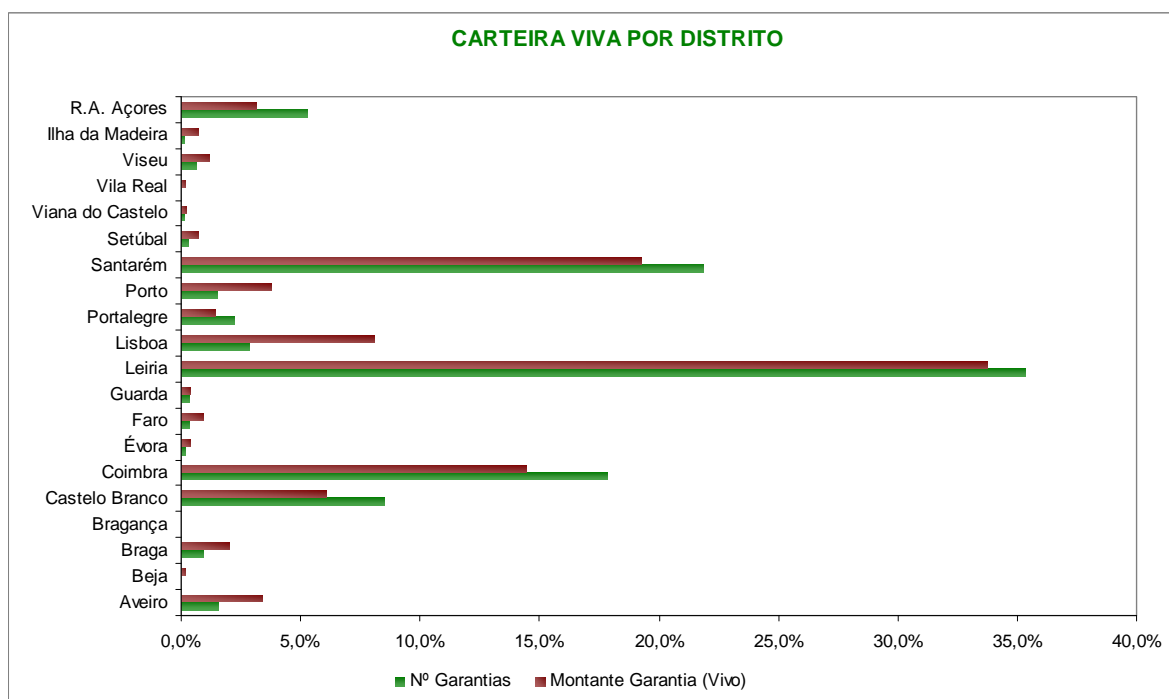
No que concerne ao montante de garantia vivo por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenção em financiamentos de médio/longo prazo, representando cerca de 93% do montante vivo total.



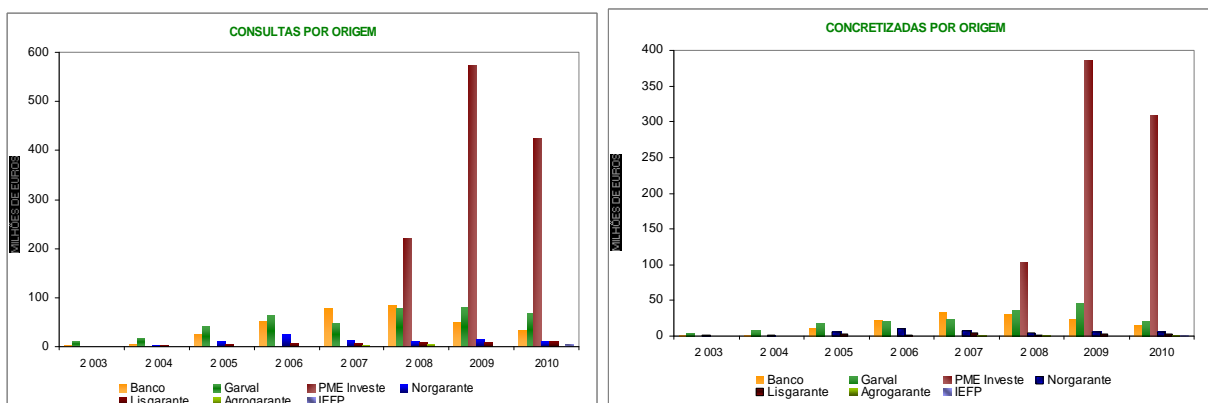
Regista-se uma elevada concentração da carteira em operações de médio/longo prazo para Reforço de Fundo de Maneio e Investimento (74,7% do total da carteira). Cerca de 57,6% da intervenção em financiamento de médio/longo prazo corresponde a operações de Reforço de Fundo de Maneio, representando estas 44,1% do total da carteira viva. Também os financiamentos de médio/longo prazo para Investimento têm um peso elevado na carteira viva (30,6% da carteira total).



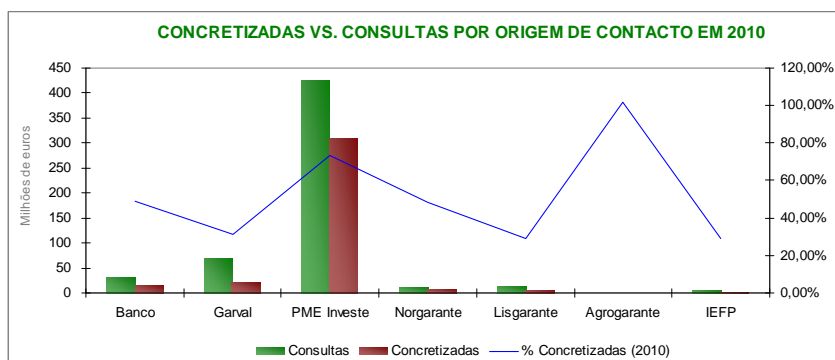
Constata-se uma clara concentração do montante e número de garantias emitidas nos distritos onde estão situadas as agências da Garval, pela proximidade às empresas, prescritores de negócio e demais parceiros. Em 2010 foi aberta uma agência em Coimbra, factor que veio incrementar a carteira neste distrito. O distrito de Castelo Branco e a R. A. dos Açores, ainda que não possuam agências, apresentam uma posição relevante quer em número quer em montante vivo de garantia.



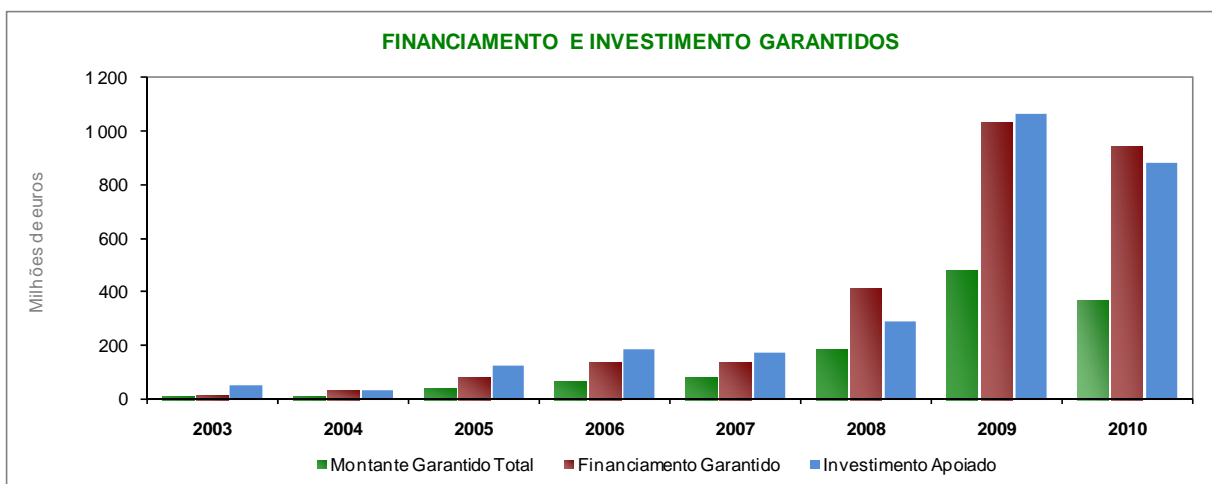
Por origem de consulta é visível a preponderância que continua a existir em 2010 das operações apresentadas no âmbito das linhas PME Investe. Todavia, sem deixar de ter em conta a necessidade de alocar a quase totalidade dos recursos, durante grande parte do exercício, na resposta às solicitações destas linhas, é visível o esforço de manutenção da contratação de operações captadas directamente junto das empresas.



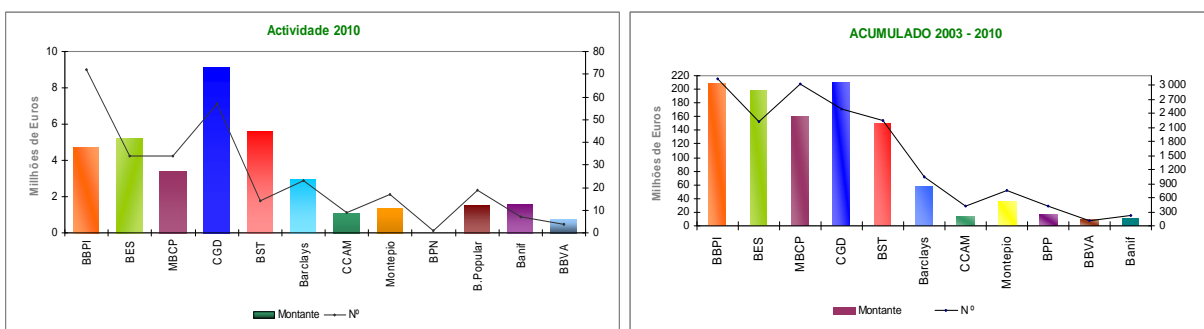
O crescimento do segmento de captação própria, em que a Garval assume o papel de interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.



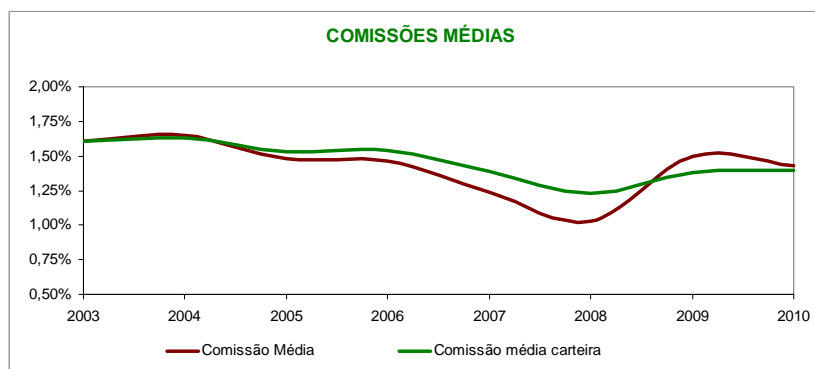
As garantias emitidas em 2010 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 946 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem de 884 milhões de euros. Desde o início de actividade a Garval já garantiu 2 793 mil milhões de euros de financiamento. O investimento directamente apoiado através da nossa intervenção situa-se num acumulado de 2 801 mil milhões de euros.



Ao nível da actividade desenvolvida no financiamento das empresas em colaboração com Bancos, em 2010 a CGD foi o parceiro mais representativo, seguindo-se Banco Santander Totta, Banco Espírito Santo, Banco BPI e Millennium BCP. Num outro grupo, que assume individualmente posições menos relevantes, destaca-se a evolução positiva do Barclays que deu assim continuidade ao crescimento verificado no ano transacto.



A comissão média de garantia no final do exercício de 2010 é de 1,43%, registando um decréscimo de 0,07 p.p. face ao verificado em 2009 (1,5%).



As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume no mínimo 50% do capital garantia. A carteira viva continuou a crescer em 2010, embora a um ritmo menor do que o ano homólogo, ascendendo a 821,1 milhões de euros no final de 2010, o que representa um crescimento de cerca de 27,73 % face aos 642,8 milhões de euros registados no final de 2009.

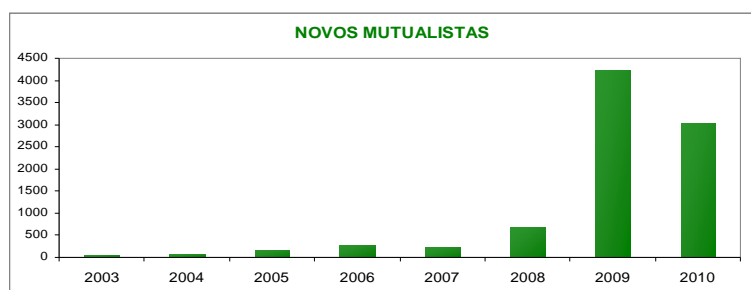
COBERTURA								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cobertura FCGM	56,55%	57,96%	64,53%	65,74%	67,48%	72,92%	78,06%	80,96%
Crescimento Carteira	---	138,99%	195,37%	97,53%	51,04%	97,59%	152,23%	27,73%
Crescimento Cobertura	---	144,94%	228,86%	101,22%	55,05%	113,51%	170,00%	32,48%

Evidencia-se a tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia assume em 2010, 81% da carteira sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Garval de 19%. A alavancagem líquida sobre o Capital Social da Garval situou-se em 3,13.

ALAVANCAGEM								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Carteira viva	2,29	5,48	7,21	14,23	10,75	12,74	18,37	16,42
Contragarantia FCGM	1,30	3,18	4,65	9,36	7,25	9,29	14,34	13,29
Risco Líquido	1,00	2,30	2,56	4,88	3,50	5,75	4,03	3,13

No final de 2010 a Garval detinha 11 134 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de acções por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Garval, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.

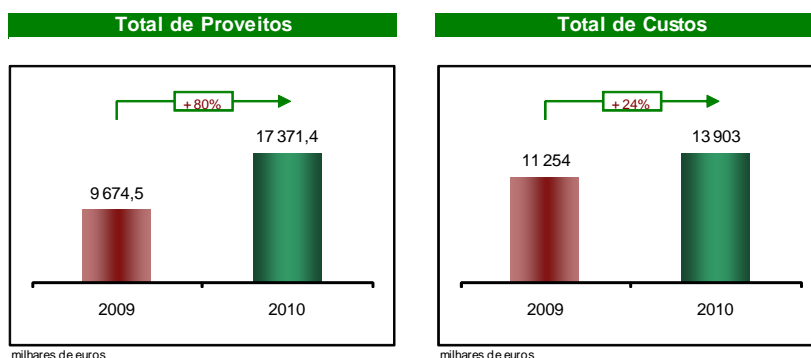
DADOS DE ACTIVIDADE	2010
Novos Mutualistas	3 046
Total de Mutualistas	11 134
Comissão média do ano	1,43%
Comissão média carteira	1,40%



Análise económica e financeira

No exercício de 2010, a Garval obteve um resultado antes de impostos de cerca de 3,5 milhões de euros que corresponde a um aumento significativo face ao exercício anterior e representa 20% do valor total de proveitos apurados.

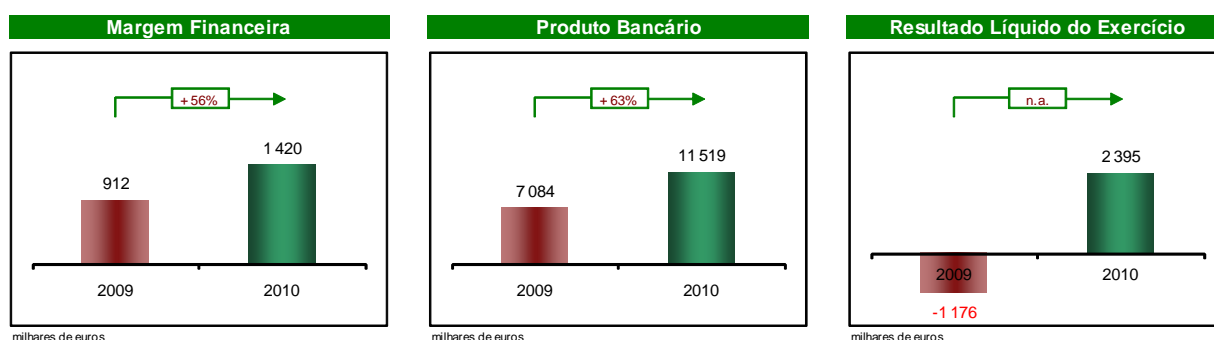
O total de Proveitos apresentou um crescimento de 80% face ao registado em 2009, tendo sido obtidas receitas na ordem dos 17,37 milhões de euros. Esta evolução compara com a que se verificou nos Custos de exercício, que apresentaram um aumento de 24% face ao ano anterior, com um total de 13,9 milhões de euros.



Os Impostos Correntes estimados ascendem a 2,1 milhões de euros tendo-se agravado, face a 2009, em 68,6% sendo parcialmente compensado pelo reconhecimento de Impostos Diferidos, que, em 2010, ascenderam a 1 milhão de euros.

Este procedimento é feito na sequência da adaptação da contabilidade da Garval, desde o exercício de 2006, à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee* – IASB, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2010, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e os impostos diferidos resultantes das novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Assim, a Sociedade obteve um lucro líquido de 2,4 milhões de euros que, comparado com um lucro líquido negativo de 1,2 milhões de euros obtido em 2009, representa um crescimento de 3,6 milhões de euros.

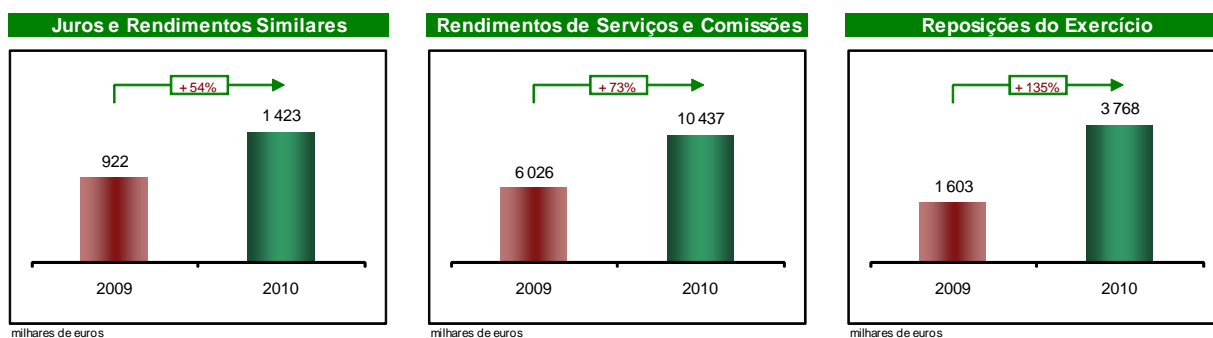


À semelhança do que se verificou nos dois últimos anos, em 2010 a Sociedade apresentou um acentuado crescimento do seu nível de actividade obtendo resultados significativos, em termos absolutos e quando comparados com 2009. Assim, a margem financeira no montante de 1,4 milhões de euros, reflecte um aumento de 55,7%, e o produto bancário no valor de 11,5 milhões de euros, um aumento de 62,6%.

RESULTADO	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	17.371.377,32	100,0	9.674.471,74	100,0	7.696.905,58	79,6
Total de Custos	13.902.910,75	80,0	11.254.175,92	116,3	2.648.734,83	23,5
Resultado Antes de Impostos (1)	3.468.466,57	20,0	- 1.579.704,18	-16,3	5.048.170,75	319,6
Impostos correntes	- 2.078.707,68	-12,0	- 1.232.991,64	-12,7	- 845.716,04	68,6
Impostos diferidos	1.005.709,44	5,8	1.637.130,80	16,9	- 631.421,36	-
Resultado do Exercício	2.395.468,33	13,8	- 1.175.565,02	-12,2	3.571.033,35	303,8

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2010, o valor de 17,4 milhões de euros, reflectindo um aumento de 79,6% quando comparado com o exercício anterior com as componentes com impacto financeiro - nomeadamente os Rendimentos relativos a Serviços e Comissões de garantia e os Juros das Aplicações Financeiras efectuadas -, a representarem cerca de 68,3% do total, evidenciando a consolidação da carteira da Sociedade bem como o reforço das aplicações financeiras resultante da realização integral do aumento do capital social concluído em Julho de 2010.

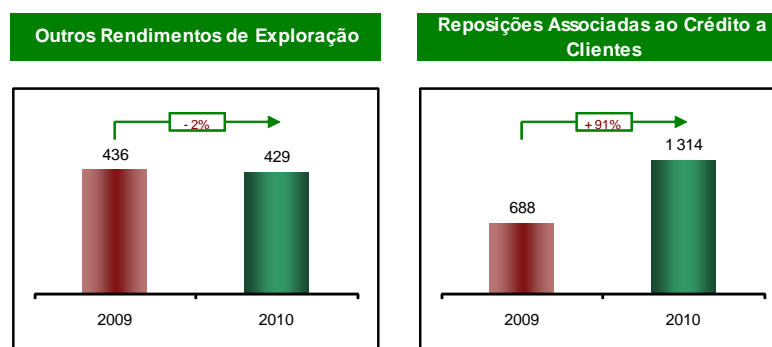


O crescimento dos proveitos resulta, essencialmente, do aumento dos Rendimentos de Serviços e Comissões (4,4 milhões de euros), dos Juros e Rendimentos Similares (501,3 mil euros), das Reposições Associadas a Créditos a Clientes (626,3 mil euros) e de Reposições do Exercício (2,2 milhões de euros).

PROVEITOS	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	1 423 409,05	8,2	922 095,30	9,5	501 313,75	54,4
Rendimentos de Serviços e Comissões	10 437 128,86	60,1	6 025 629,10	62,3	4 411 499,76	73,2
Reposições do Exercício	3 767 933,56	21,7	1 603 051,31	16,6	2 164 882,25	135,0
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	1 313 906,98	7,6	687 597,27	7,1	626 309,71	91,1
Outros Rendimentos de Exploração	428 998,87	2,5	436 098,76	4,5	- 7 099,89	-1,6
TOTAL	17 371 377,32	100,0	9 674 471,74	100,0	7 696 905,58	79,6

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo das Reposições Associadas ao Crédito a Clientes é explicado pela recuperação de valores de crédito totalmente provisionados a 31 de Dezembro de 2009, sendo ainda justificado pelas reposições de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em 2009. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efectivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2010. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efectuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.



Por sua vez, a evolução da rubrica de reposições do exercício é, na sua quase totalidade, justificada pela variação da reposição de provisões económicas e anti-ciclo, que ocorre tanto pela concretização do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias), como, por oposição, pela verificação de ultrapassagem desses mesmos factores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico).

O decréscimo de 1,6% relativamente ao exercício anterior verificado na rubrica de outros rendimentos de exploração está, igualmente, relacionado com outros proveitos operacionais - onde se incluem, por exemplo, as comissões de serviço (comissão de renovação, montagem, emissão, alterações contratuais) e os reembolsos de despesas.

A carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 27,7% face a 2009 e continua a ser o resultado do crescimento exponencial da actividade comercial da Garval em grande medida por força das Linhas de Crédito PME Investe.

GARANTIAS	Ano 2008		Ano 2009		Ano 2010		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
POE 50%	46 838 671,83	18,4	51 216 178,05	8,0	49 120 763,82	6,0	- 2 095 414,23	-4,1
POE 75%	648 745,21	0,3	2 146 289,68	0,3	2 743 636,50	0,3	597 346,82	27,8
POE FEI 75%	6 246,00	0,0						
INTERNACIONALIZAÇÃO	250 000,00	0,1	250 000,00	0,0	209 580,07	0,0	- 40 419,93	-16,2
POE FEI II 75%	27 108 272,00	10,6	17 696 121,38	2,8	9 831 839,41	1,2	- 7 864 281,97	-44,4
START-UP/EARLY STAGE								
LVT 75%	7 038 903,11	2,8	5 288 805,22	0,8	4 443 298,15	0,5	- 845 507,07	-16,0
LVT 85% PRASD	13 819 058,10	5,4	16 370 141,53	2,5	14 675 777,58	1,8	- 1 694 363,95	-10,4
FINICIA - EIXO II	1 998 515,46	0,8	1 599 591,04	0,2	934 706,19	0,1	- 664 884,85	-41,6
FINICIA - EIXO III	252 436,07	0,1	407 625,33	0,1	327 492,20	0,0	- 80 133,13	-19,7
FINICIA - Early Stage/Start Up	111 875,00	0,0	83 375,00	0,0	58 907,39	0,0	- 24 467,61	-29,3
POE/PRIME 75%	62 258 899,67	24,4	80 233 666,51	12,5	83 279 806,17	10,1	3 046 139,66	3,8
ENSINO SUPERIOR	583 333,30	0,2	855 399,96	0,1	905 399,96	0,1	50 000,00	5,8
QREN - PME INVESTE	74 487 852,05	29,2	85 142 644,26	13,2	62 851 910,94	7,7	- 22 290 733,32	-26,2
QREN - PME INVESTE II	19 383 820,00	7,6	71 702 820,44	11,2	59 819 914,27	7,3	- 11 882 906,17	-16,6
RAM - PME MADEIRA	75 000,00	0,0	75 000,00	0,0	60 000,00	0,0	- 15 000,00	-20,0
QREN - PME INVESTE III - Exportador			45 832 974,98	7,1	41 727 190,21	5,1	- 4 105 784,77	-9,0
QREN - PME INVESTE III - Automóvel			4 785 934,67	0,7	5 240 119,12	0,6	454 184,45	9,5
QREN - PME INVESTE III - Turismo			10 656 667,86	1,7	21 531 843,49	2,6	10 875 175,63	102,1
QREN - PME INVESTE III - Micro P. Empresas			82 905 466,10	12,9	51 614 623,62	6,3	- 31 290 842,48	-37,7
RAM - PME Açores - Exportadores			72 321,43	0,0	61 607,15	0,0	- 10 714,28	-14,8
RAM - PME Açores - Médias Empresas			2 058 750,00	0,3	2 147 604,16	0,3	88 854,16	4,3
RAM - PME Açores - Turismo			307 142,86	0,0	429 481,46	0,1	122 338,60	39,8
RAM - PME Açores - Micro P. Empresas			12 103 732,95	1,9	9 123 833,50	1,1	- 2 979 899,45	-24,6
QREN - PME INVESTE II - 90%			375 000,00	0,1	1 052 884,63	0,1	677 884,63	180,8
QREN - PME INVESTE III - Exportadores - 90%			7 172 196,63	1,1	6 126 317,80	0,7	- 1 045 878,83	-14,6
QREN - PME INVESTE III - Turismo - 90%			7 649 703,13	1,2	17 479 506,85	2,1	9 829 803,72	128,5
Seguros Crédito			13 900 000,00	2,2	15 491 096,99	1,9	1 591 096,99	11,4
QREN - PME INVESTE III - Automóvel - 90%			350 000,00	0,1	1 119 791,66	0,1	769 791,66	219,9
QREN - SECTOR CORTIÇA			2 602 647,10	0,4	3 094 712,04	0,4	492 064,94	18,9
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores			44 783 550,84	7,0	88 336 818,02	10,8	43 553 267,18	97,3
QREN - PME INVESTE IV - Micro P. Empresas			56 338 234,00	8,8	64 457 654,60	7,9	8 119 420,60	14,4
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores (GE)			17 233 367,66	2,7	33 965 105,89	4,1	16 731 738,23	97,1
RAA - Açores Empresas					2 455 053,24	0,3	2 455 053,24	
RAA - Açores Empresas - Micro P. Empresas			383 807,32	0,1	3 721 556,10	0,5	3 337 748,78	869,6
FINICIA - EIXO II - Reafecção			232 937,51	0,0	1 009 949,73	0,1	777 012,22	333,6
FINICIA - EIXO III - Reafecção			5 371,19	0,0	80 505,63	0,0	75 134,44	1 398,8
FINICIA - Early Stage/Start Up - Reafecção			18 750,00	0,0	57 972,24	0,0	39 222,24	209,2
IEFP - Financiamentos					1 344 137,25	0,2	1 344 137,25	
RAM - Recuperação Empresarial					310 501,80	0,0	310 501,80	
QREN - PME INVESTE V - MPE					24 607 646,77	3,0	24 607 646,77	
QREN - PME INVESTE V - Geral					28 353 133,31	3,5	28 353 133,31	
QREN - PME INVESTE V - Geral Nova					18 538 104,24	2,3	18 538 104,24	
QREN - PME INVESTE VI - MPE					26 082 431,07	3,2	26 082 431,07	
QREN - PME INVESTE VI - Geral					49 877 905,69	6,1	49 877 905,69	
QREN - PME INVESTE VI - Export					10 510 259,98	1,3	10 510 259,98	
QREN - PME INVESTE VI - Export Nov					1 582 765,62	0,2	1 582 765,62	
QREN INVESTE - Gar Partilh - até 1M					291 142,63	0,0	291 142,63	
TOTAL	254 861 628	100,0	642 836 215	100,0	821 086 289	100,0	178 250 074,51	27,7

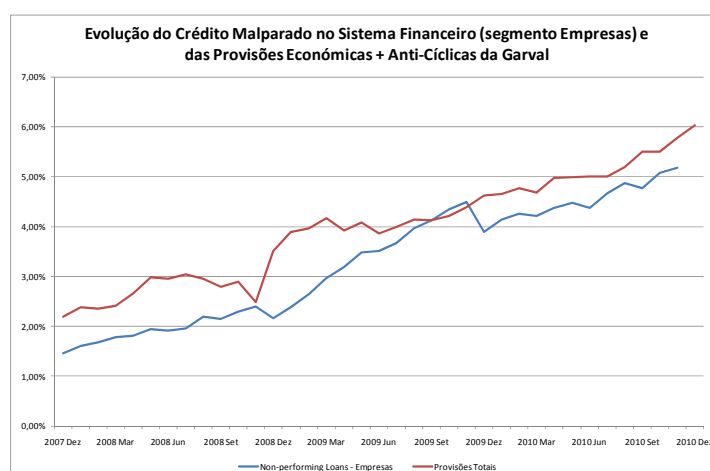
Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

Os custos suportados em 2010, pela Garval, sofreram um aumento de cerca de 2,6 milhões de euros em relação aos custos incorridos em 2009. Esta variação foi fortemente influenciada pelo já referido agravamento do valor das Provisões do Exercício (na ordem dos 388,1 mil euros) e do crescimento de 43,2% das Correções Associadas ao Crédito a Clientes. Estas duas rubricas, em conjunto, são responsáveis em grande parte pelo aumento dos custos acima mencionado (1,7 milhões de euros).

CUSTOS	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	3 502,96	0,0	9 839,59	0,1	- 6 336,63	-64,4
Encargos com Serviços e Comissões	701 344,56	4,0	240 543,38	2,5	460 801,18	191,6
Gastos Gerais Administrativos	564 143,89	3,2	474 257,13	4,9	89 886,76	19,0
Custos com Pessoal	1 354 753,03	7,8	983 328,49	10,2	371 424,54	37,8
Amortizações do Exercício	163 799,91	0,9	92 988,58	1,0	70 811,33	76,2
Outros Encargos de Exploração (2)	65 749,77	0,4	49 115,03	0,5	16 634,74	33,9
Imparidade de Outros Activos		0,0	9 116,39	0,1	- 9 116,39	-100,0
Provisões do Exercício	6 850 741,46	39,4	6 462 688,49	66,8	388 052,97	6,0
Correções Associadas ao Crédito a Clientes	4 198 875,17	24,2	2 932 298,84	30,3	1 266 576,33	43,2
Total de Custos antes de Impostos	13 902 910,75	80,0	11 254 175,92	116,3	2 648 734,83	23,5

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

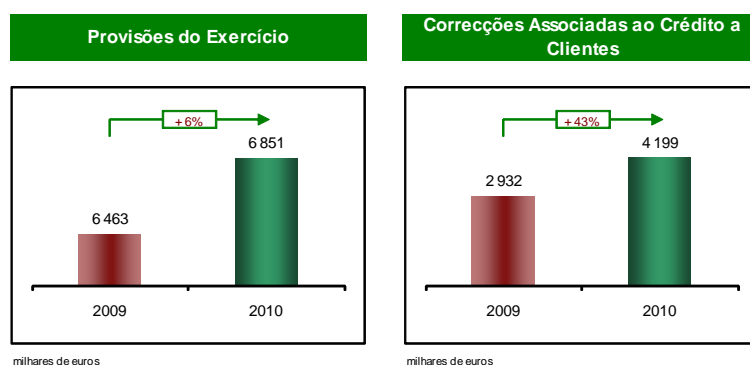
A variação das Provisões do Exercício ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas em resultado do acompanhamento realizado à carteira bem como à constituição de provisões anti-ciclo que têm como objectivo salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias em curso no final do exercício.



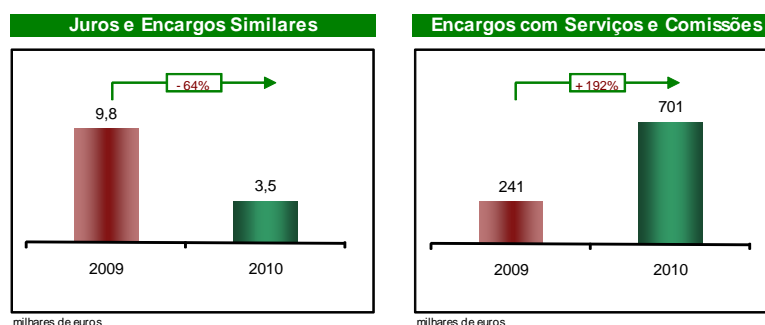
Fonte: Banco de Portugal

Simultaneamente, o aumento da actividade operacional teve impacto no âmbito do reforço de provisões para riscos gerais de crédito.

Em resultado da actual conjuntura económica, o nível de crédito malparado no sistema financeiro tem vindo a subir de uma forma particularmente acentuada desde meados de 2008. Em consequência, a rubrica de Correções Associadas ao Crédito onde são registadas as provisões para cobertura de garantias sinistradas e pagas, bem como as notas de débito e facturas não pagas pelos clientes, registou uma variação explicada, em grande parte, pela maior dimensão da carteira da Sociedade, pela conjuntura económica actual e seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se num maior número e valor de garantias accionadas.

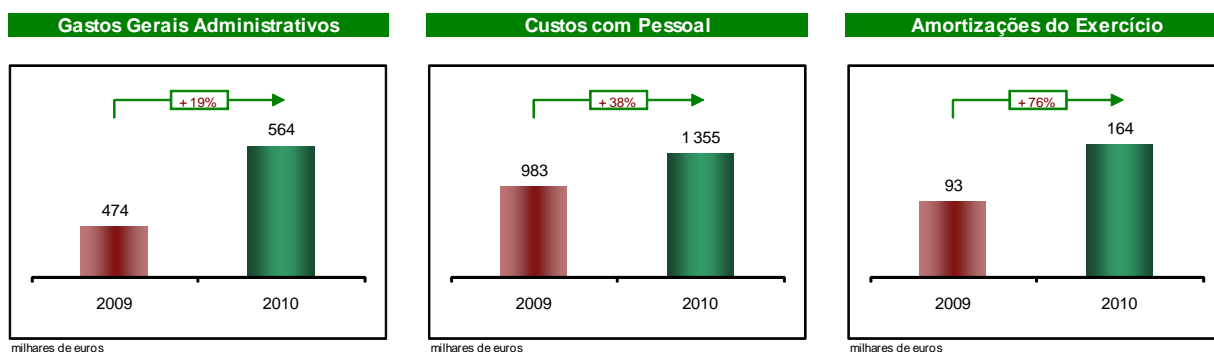


O crescimento em cerca de 460,8 mil euros da rubrica de Encargos com Serviços e Comissões decorre também do crescimento da actividade da Sociedade, designadamente com reflexo na comissão de contragarantia devida ao Fundo de Contragarantia Mútuo.



O impulso que a actividade sofreu tornou inevitável o reforço da estrutura base da Sociedade, quer para a resposta aos níveis de solicitação de produção com que a sociedade, quer para a gestão da crescente carteira de garantias vivas, contratos e número de mutualistas. Este facto fica relevado nas

variações positivas ocorridas na rubrica de Custos com os Recursos Humanos, com um aumento de 38% face a 2009. Os Gastos Gerais Administrativos registaram um crescimento de 19%, uma variação total de 90 mil euros.

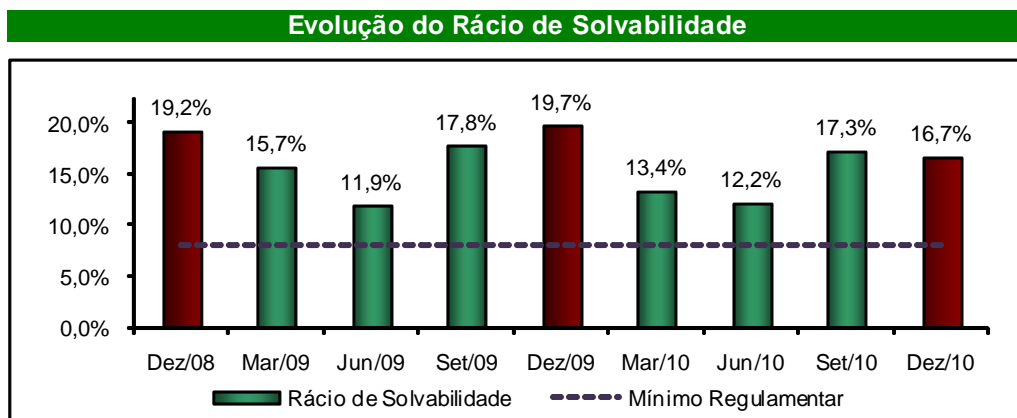


O valor do Activo líquido da Garval, em Dezembro de 2010, é cerca de 63,2 milhões de euros, superior em cerca de 6 milhões de euros face ao valor do exercício anterior. Este acréscimo evidencia-se no aumento da liquidez da empresa (cerca de 17,2 milhões de euros) o qual resulta da conclusão do processo de aumento de capital social de 20 milhões de euros para 50 milhões de euros – em Julho foi realizada a segunda tranche no valor de 15 milhões de euros - e do aumento das comissões de garantia.

A diminuição da rubrica de Outros Activos em cerca de 12,7 milhões de euros é essencialmente explicada pelo movimento contabilístico originado pela realização da 2.ª tranche do capital social. Esta variação negativa é em parte absorvida por uma variação positiva do FINOVA em 1,9 milhões de euros, sendo o saldo final de exercício de cerca de 4,1 milhões de euros referentes a valores facturados e ainda não recebidos do FINOVA no quadro das linhas PME Investe.

Com um valor de Capitais Próprios de aproximadamente 49,5 milhões de euros, a Garval apresenta uma autonomia financeira de 78%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. Importa assinalar que, das responsabilidades extrapatrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 821,1 milhões de euros, encontram-se directamente contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo 664,7 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Garval ascendem a 156,4 milhões de euros, valor que representa uma alavancagem líquida de cerca de três vezes o valor dos capitais próprios.

A Garval apresenta um rácio de solvabilidade de 16,66%, rácio este que traduz a relação entre os fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo seu risco, espelhando o actual indicador a adequabilidade dos fundos próprios da Garval para fazer face às responsabilidades assumidas.



Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades.

Política de Remunerações e prémios

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os colaboradores da sociedade auferem o respectivo salário, podendo ser elegíveis para a atribuição de um prémio semestral de performance, nos termos de um modelo de avaliação definido, que contempla variáveis quantitativas e qualitativas. Por regra, só os colaboradores com mais de um ano de casa são elegíveis para prémios, e estes poderão atingir até um total anual de 2 meses de salário, sendo superiores apenas em casos absolutamente excepcionais e analisados caso a caso entre as chefias respectivas e a Administração Executiva diária.

Perspectivas futuras

O ano de 2010 confirmou uma conjuntura económica adversa e ficou marcado, no que respeita à actividade da Garval, pela participação nas Linhas PME Investe. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas será um dos focos de actuação da Sociedade.

Por outro lado, a expectativa de manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

A continuação das medidas de apoio governamental através das Linha PME Investe, bem como as Linhas de Crédito Açores Investe e Açores Empresas, para além de outras medidas entretanto já anunciadas, provocarão um impacto com potencial de amplitude semelhante a 2010, nomeadamente no que respeita ao crescimento da carteira e, principalmente, quanto ao número de novas empresas mutualistas. Novamente a Sociedade terá o repto de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir em prol da PME nacionais.

Para o ano de 2011 mantém-se como desafio à sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projectos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda dinamizar significativamente a base existente de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição das Linhas PME Investe, que implicam elevados picos de produção. A aproximação directa ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Garval, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após sete anos de intervenção junto do mercado, a Garval procura continuar e reforçar a sua actividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de actividade é demonstrativa da receptividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas. A Sociedade continuará a estudar a possibilidade de, a prazo, realizar a abertura de novas agências.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2010, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua. A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Ao IAPMEI, ao Turismo de Portugal, ao Gabinete do Gestor do QREN, ao Ministério da Economia e da Inovação, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Governo Regional dos Açores, ao IDE da Madeira e à PME Investimentos, bem como aos Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME nacionais.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Agrogarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português. Em particular se pretende relevar o esforço demonstrado na resposta às solicitações decorrentes das Linhas PME Investe, com manutenção de um padrão de qualidade de serviço elevado, que apenas se tornou possível através da dedicação revelada por toda a equipa.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado positivo apurado no exercício de 2010, no valor de 2 395 468,33 €

i. Para reserva legal	€ 239 546,83
ii. Para fundo técnico de provisão	€ 346 846,66
iii. Para resultados transitados	€ 1 809 074,84

Santarém, 28 de Janeiro de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Balço em 31 de Dezembro de 2010

	Ano 2010		Valor líquido (3) = (1) - (2)	Ano 2009
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)		Valor líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	2 750,00		2 750,00	2 500,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82 010,75		82 010,75	77 820,53
Activos financeiros detidos para negociação				2 940,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda	2 940,00		2 940,00	
Aplicações em instituições de crédito	52 234 220,09		52 234 220,09	35 034 895,77
Crédito a clientes	7 487 759,15	7 359 525,93	128 233,22	80 032,28
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda	359 943,76	18 023,76	341 920,00	341 920,00
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	1 870 208,06	464 262,63	1 405 945,43	1 002 839,73
Activos intangíveis	77 596,25	72 015,81	5 580,44	10 373,04
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	3 707 870,09		3 707 870,09	2 702 160,65
Outros activos	5 333 941,87		5 333 941,87	17 988 496,30
Total de Activo	71 159 240,02	7 913 828,13	63 245 411,89	57 243 978,30

	Ano 2010	Ano 2009
Passivos Eventuais	826.980.640,01	646.717.174,94
- Garantias e Avals	821.086.289,14	642.836.214,63
- Outros	5.894.350,87	3.880.960,31
Compromissos	21.081.498,00	14.169.976,00

	Ano 2010	Ano 2009
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	11.094.979,81	8.012.171,91
Passivos por impostos correntes	984.952,68	984.435,64
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	1.676.115,77	1.153.475,45
Total de Passivo	13.756.048,26	10.150.083,00
CAPITAL		
Capital	50.000.000,00	50.000.000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias		
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-2.906.104,70	-1.730.539,68
Resultado do exercício	2.395.468,33	-1.175.565,02
Dividendos antecipados		
Total de Capital	49.489.363,63	47.093.895,30
Total de Passivo + Capital	63.245.411,89	57.243.978,30

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

O Técnico oficial de Contas

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010

	Ano 2010	Ano 2009
Juros e rendimentos similares	1.423.409,05	922.095,30
Juros e encargos similares	-3.502,96	-9.839,59
Margem financeira	1.419.906,09	912.255,71
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	10.437.128,86	6.025.629,10
Encargos com serviços e comissões	-701.344,56	-240.543,38
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	363.249,10	386.983,73
Produto Bancário	11.518.939,49	7.084.325,16
Custos com pessoal	-1.354.753,03	-983.328,49
Gastos gerais administrativos	-564.143,89	-474.257,13
Amortizações do exercício	-163.799,91	-92.988,58
Provisões líquidas de reposições e anulações	-3.082.807,90	-4.859.637,18
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-2.884.968,19	-2.244.701,57
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-9.116,39
Resultado antes de impostos	3.468.466,57	-1.579.704,18
Impostos		
Correntes	-2.078.707,68	-1.232.991,64
Diferidos	1.005.709,44	1.637.130,80
Resultado após impostos	2.395.468,33	-1.175.565,02

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

O Técnico oficial de Contas

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(VALORES EM EUROS)

Introdução

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48 e 49 anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

NOTA 3 – Critérios de avaliação

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões e correcção de valores associados a crédito a clientes

1. No Passivo:

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, apresentada no passivo, na rubrica de provisões para riscos gerais de crédito. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;
- b. Em relação ao valor dos *plafonds* não totalmente utilizados, é aplicada uma taxa de 1% sobre o seu montante vivo;
- c. Uma provisão para garantias, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para garantias;
- d. Uma provisão anti-ciclo destinada a cobrir riscos económicos potenciais.

2. No activo:

- a. Correcções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
 - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito vencido;
 - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

IV. Estimativa de impostos sobre lucros

Os Impostos Correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável.

Os Impostos Diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras

	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor líquido 2010-12-31
PARTICIPAÇÕES	2.940	1,00	1,0000		2.940,00
- SPGM - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	(2.940)	(1,00)	(1,0000)		(2.940,00)

As participações da Garval, no montante de 2,9 mil euros, foram adquiridas no âmbito dos processos especiais de falência ou de recuperação de empresas anteriormente mutualistas. Tais acções são depois alienadas a mutualistas, no caso das SGM, ou a accionistas institucionais no caso da SPGM.

NOTA 11 – Movimentos do activo tangível e intangível

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Abates		Valor líquido em 2010-12-31
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortização do exercício	V. Aquisição	Amortizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS							
Despesas estabelecimento							
Custos plurianuais							
Software	61.428,73	51.600,35	1.443,66	5.963,98			5.308,06
Outras	14.723,86	14.179,20		272,28			272,38
	76.152,59	65.779,55	1.443,66	6.236,26			5.580,44
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS							
Imóveis de serviço próprio	343.569,00	7.741,26		5.153,52			330.674,22
Obras			125.383,07	2.604,02			122.779,05
Equipamento	340.306,73	219.614,93	338.780,09	127.006,48	1.732,96	1.558,25	332.290,70
Locação financeira							
Imóveis	580.786,15	45.995,02	96.680,90	11.270,59			620.201,44
Equipamento	46.435,11	34.906,05		11.529,04			0,02
	1.311.096,99	308.257,26	560.844,06	157.563,65	1.732,96	1.558,25	1.405.945,43

No exercício de 2010, importa realçar os aumentos registados nos activos tangíveis. O investimento efectuado nesta área diz respeito à aquisição de novas viaturas, de equipamento informático, equipamento de segurança e mobiliário - de forma a dotar a equipa de todos os recursos exigidos pelo contínuo aumento da actividade operacional que se tem verificado na Sociedade.

A Garval, em 2010, efectuou obras nas suas instalações de forma adaptar as mesmas às necessidades que decorrem do crescimento das equipas em consequência do aumento de actividade.

Neste ano foi também abatido um carro que fazia parte da Sociedade e que estava totalmente reintegrado.

NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes

	Ano 2010	Ano 2009
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	41.727.937,19	32.029.558,27
De 3 meses a 1 ano	10.506.282,90	3.005.337,50
	52.234.220,09	35.034.895,77
CRÉDITO A CLIENTES		
Até 3 meses	438.195,88	437.741,32
De 3 meses a 1 ano	1.372.103,42	1.264.455,75
De 1 a 5 anos	4.268.568,77	2.843.988,74
Mais de 5 anos	1.408.891,08	8.404,21
	7.487.759,15	4.554.590,02

A rubrica Aplicações em Instituições de Crédito reflecte os montantes aplicados pela Garval em depósitos a prazo, bem como os respectivos juros vencidos que, à data de Dezembro de 2010, ascendiam a 512,2 mil euros. A variação verificada nesta rubrica resulta dos fluxos financeiros arrecadados com a realização, em Julho de 2010, do remanescente do capital social subscrito em Setembro de 2009 (15 milhões de euros).

A variação no Crédito a Clientes espelha as dívidas resultantes da execução de garantias (líquidas do reembolso do Fundo de Contragarantia Mútuo) e da não cobrança de comissões de garantia. Esta rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2009 consequência do aumento da sinistralidade ocorrida.

NOTA 23 - Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avales prestados resultam, por um lado, da prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales), e, por outro lado, do reconhecimento do valor dos plafonds não totalmente utilizados (outros passivos eventuais). Os outros compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de acções.

	Ano 2010	Ano 2009
GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e avales	821.086.289,14	642.836.214,63
Outros passivos eventuais	5.894.350,87	3.880.960,31
	826.980.640,01	646.717.174,94
GARANTIAS RECEBIDAS		
Contragarantia	664.741.228,73	501.766.894,18
Avalistas	2.116.519.021,95	1.546.746.905,36
Penhor acções	21.081.498,00	14.169.976,00
Hipotecas	238.343.336,36	82.449.617,35
	3.040.685.085,04	2.145.133.392,89
COMPROMISSOS		
Revogáveis		
Irrevogáveis	21.081.498,00	14.169.976,00

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições participantes. Assim, a Garval considera contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista é chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento, no caso de responsabilidades potenciais:

- 2 085 475 494,68 euros de valores de operações avalizadas.

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é já efectiva e que entraram já em incumprimento, foram contabilizados:

- 31 043 527,27 euros de valores de operações avalizadas.

NOTA 24 - Movimento das provisões

	Ano 2009	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2010
CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO					
Crédito e juros vencidos	4.474.557,74	4.198.875,17		1.313.906,98	7.359.525,93
	4.474.557,74	4.198.875,17		1.313.906,98	7.359.525,93
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO					
Aviso nº 3/95 B.P.	1.410.693,20	579.653,52		426.896,12	1.563.450,60
Plafonds	38.809,60	20.133,91			58.943,51
Outros	24.383,45	48.745,33		25.584,36	47.544,42
PARA GARANTIAS					
Económicas	6.044.543,04	4.349.999,32		3.315.453,08	7.079.089,28
Anti Ciclo	493.742,62	1.852.209,38			2.345.952,00
	8.012.171,91	6.850.741,46		3.767.933,56	11.094.979,81
	12.486.729,65	11.049.616,63		5.081.840,54	18.454.505,74

O quadro resumo das provisões reflecte o incremento da actividade operacional da Sociedade traduzindo-se num aumento das Provisões para Risco Gerais de Crédito, 13,3% face ao exercício anterior e, por outro lado, o aumento da sinistralidade durante o exercício com efeito na rubrica de Correções Associadas ao Crédito a Clientes.

A Garval efectua ainda, com regularidade, a avaliação dos riscos relativos à sua carteira de garantias vivas, tendo em vista a constituição de provisões para riscos económicos em nível adequado.

No exercício de 2010 o valor das provisões económicas na Garval, ascende a 7,1 milhões de euros registando um aumento (17,1%) face ao ano de 2009. Este reforço reflecte a ponderação de diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, nomeadamente, com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a sinistralidade. Este efeito

é potenciado pela constituição acumulada de provisões anti-ciclo, no montante de 2,3 milhões de euros, para salvaguarda da deterioração generalizada da condição financeira das empresas portuguesas.

NOTA 29 – Capital próprio

	Ano 2009	Aumentos	Diminuições	Ano 2010
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	50 000 000,00			50 000 000,00
Reserva Legal				
Reserva Estabilização Dividendos				
Resultados Transitados	- 1 730 539,68	- 1 175 565,02		- 2 906 104,70
Resultado Líquido do Exercício	- 1 175 565,02	2 395 468,33	- 1 175 565,02	2 395 468,33

Em Setembro de 2009, a Sociedade efectuou um aumento de Capital Social, procedendo à emissão de 30 milhões de acções com um valor nominal de € 1,00/cada com realização imediata de capital quanto a quinze milhões de euros e realização da parte remanescente, no valor de quinze milhões de euros, em Julho deste ano.

NOTA 31 – Outros activos e passivos

As contas de Outros activos e outros passivos apresentam os seguintes saldos:

	Ano 2010	Ano 2009
OUTROS ACTIVOS		
Devedores e outras aplicações	4.754.441,72	2.438.460,15
Devedores por capital não realizado		15.000.000,00
Outros activos	8.120,00	8.120,00
	4.762.561,72	17.446.580,15
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Rendimentos a receber	499.178,41	493.215,53
Despesas com encargo diferido	19.555,00	5.966,67
Outras contas de regularização	52.646,74	42.733,95
	571.380,15	541.916,15
	5.333.941,87	17.988.496,30
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	76.331,33	60.357,19
Fornecedores de locação financeira	204.587,96	263.115,06
Outras exigibilidades	87.485,05	101.311,18
	368.404,34	424.783,43
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Encargos a pagar	197.833,06	168.218,96
Receitas com rendimento diferido	887.004,88	383.305,75
Outras contas de regularização	222.873,49	177.167,31
	1.307.711,43	728.692,02
	1.676.115,77	1.153.475,45

No activo, a rubrica de Devedores e Outras Aplicações, com um valor de 4,8 milhões de euros, é constituída, essencialmente, pelos valores facturados ao FINOVA, ao abrigo das linhas PME Investe, e que se encontram em processo de cobrança/validação conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas. Nesta rubrica ainda estão incluídos os recebimentos pendentes relativos ao abrigo da linha do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da linha IDE RAM e das Ilhas de Valor (Região Autónoma dos Açores)

Dado o aumento substancial da actividade, esta rubrica registou uma variação bastante significativa, de 2,3 milhões de euros, face a 2009.

Os Outros Activos, com um valor de 8,1 mil euros dizem respeito à contabilização de obras de arte doadas à Sociedade em 2008.

As contas de regularização incluídas nos outros activos, contemplam, entre outras rubricas, os Rendimentos a Receber que dizem respeito na sua quase totalidade aos valores a facturar, mas já reconhecidos como proveitos, decorrentes da contratação de garantias ao abrigo das linhas PME Investe I a IV em que, como é sabido, as comissões de garantia são postecipadas e outras contas de regularização que inclui os adiantamentos a fornecedores.

No passivo o valor da rubrica Credores Diversos diz respeito a fornecimentos correntes.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias e equipamentos de transporte com um valor actual de 204,6 mil euros e representa 0,32% do valor do total do activo líquido total da Sociedade.

As Outras Exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

As contas de regularizações incluídas nos outros passivos são constituídas, essencialmente, pelas Receitas com Rendimento Diferido, com o valor aproximado de 887 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de Encargos a Pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar em 2011). O valor respeitante a Outras Contas de Regularização diz essencialmente respeito à percentagem que vai ser devolvida ao FCGM relativa a um imóvel que a Sociedade recuperou e detém para venda, resultante de um processo de insolvência decretado em 2009.

NOTA 34 – Volume de emprego

Administração	11
Quadros directivos e técnicos	48
Secretariado e administrativos	1

NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

	Ano 2010	Ano 2009
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	112 522,44	113 709,05
Conselho Fiscal	14 460,00	11 724,00
Assembleia Geral	350,00	1 160,00
Comissão Executiva	74 700,00	70 500,00
	202 032,44	197 093,05

No ano de 2010 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantido como prática ao longo dos anos, o membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. A única excepção refere-se ao Administrador Executivo residente, que sendo colaborador da Sociedade optou, quando da eleição para membro do Conselho de Administração, por manter a sua remuneração de origem, nos termos estabelecidos internamente para estes casos.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em termos discriminados, foram processados os seguintes valores aos Membros do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Fiscal Único no ano findo:

Senhas de Presença:

	Conselho de Administração	Comissão Executiva
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 4 000,00	€ 31 200,00
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI	€ 2 529,00	
João Artur Ferreira da Costa Rosa	€ 2 700,00	€ 14 700,00
Renato Fernando Ribeiro da Silva	€ 3 000,00	€ 15 600,00
Banco Comercial Português, S.A.	€ 2 700,00	€ 13 200,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 2 526,00	
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira	€ 3 000,00	
Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco	€ 3 000,00	
NERLEI – Associação Industrial da Região de Leiria, A.E.	€ 2 886,00	
Octávio José da Conceição Cordeiro	€ 2 100,00	

Remunerações:

Rui Pedro Lopes Brogueira	€ 84 081,44
---------------------------	-------------

Quanto ao Fiscal Único,

Remunerações:

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.

€ 14 460,00

NOTA 39- Outros resultados de exploração

	Ano 2010	Ano 2009
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Quotizações e donativos	4.410,00	11.090,00
Impostos	27.843,76	15.028,28
Menos-valias na realização de valores imobilizados		13.943,72
Outros	33.496,01	9.053,03
	65.749,77	49.115,03
PROVEITOS		
Prestação de serviços	425.859,12	422.663,00
Reembolso de despesas		
Mais-valias na realização de valores imobilizados	58,28	7.000,00
Doações		
Outros	3.081,47	6.435,76
	428.998,87	436.098,76
	363.249,10	386.983,73

Ao nível dos custos, a rubrica de Impostos (cerca de 27,8 mil euros) e Outros Encargos Operacionais (cerca 33,5 mil euros) verificou um acréscimo de cerca de 37,3 mil euros. O acréscimo na rubrica Outros está relacionado com o imposto do selo suportado pela Garval relativo aos contratos de compra e venda de acções celebrados ao abrigo das linhas PME Investe. Relativamente aos Impostos a variação é justificada pelo maior valor do Imposto associado à comissão de contragarantia cobrada pelo FCGM.

Relativamente à rubrica Quotizações e Donativos, a Garval efectuou donativos no valor de 320 euros à Liga dos Amigos do Hospital de Santarém, no valor de mil euros à Associação Scalabitana de Protecção dos Animais e num donativo no valor de 2 mil euros ao Banco Alimentar Contra a Fome. O restante, cerca de mil euros, diz respeito ao pagamento da quota anual de 2010 à Associação Empresarial da Região de Leiria – Nerlei.

Quanto aos proveitos, verificou-se um ligeiro aumento na rubrica de Prestação de Serviços no valor de 3,2 mil euros que engloba as comissões de análise, montagem e emissão de garantias.

NOTA 41 – Carga fiscal

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	Ano 2010	Ano 2009
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)		
Imposto corrente apurado no exercício	-2.078.707,68	-1.232.991,64
Pagamentos por conta	1.041.087,00	248.556,00
Pagamentos adicional por conta	52.668,00	
	-984.952,68	-984.435,64

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2010, com o valor aproximado de 2,1 milhões de euros, encontra-se já parcialmente liquidado através dos pagamentos por conta no valor de 1 milhão de euros e dos pagamentos adicionais por conta (derrama estadual) no valor de 52,7 mil euros.

NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 31-12-10
IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Imóveis	677.467,05	57.265,61	620.201,44
Equipamento	46.435,09	46.435,09	-
	723.902,14	103.700,70	620.201,44

O Imobilizado em Regime de Locação Financeira apresenta um valor líquido de 620,2 mil euros, no final do exercício de 2010.

NOTA 50 – Informação sobre participações financeiras

	Ano 2010	Ano 2009
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		
Valor Nominal	2.940,00	2.940,00
Valor aquisição	2.940,00	2.940,00

A rubrica de Títulos Financeiros é composta por participações na SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. no valor de 2,9 mil euros.

NOTA 51 – Outras informações

	Ano 2009	Reforços	Reposições	Ano 2010
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	373.833,68	135.859,43	95.378,73	414.314,38
Em provisões económicas	1.601.803,93	1.152.749,83	878.595,07	1.875.958,69
Em provisões para devedores diversos	6.461,62	12.917,51	6.779,86	12.599,27
Em provisões para plafonds	10.284,56	5.335,49		15.620,05
Em provisões anti-ciclo	130.841,79	490.835,47		621.677,26
	2.123.225,58	1.797.697,73	980.753,66	2.940.169,65
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido	578.935,07	522.658,11	333.892,74	767.700,44
	2.702.160,65	2.320.355,84	1.314.646,40	3.707.870,09

A variação observada nos Impostos Diferidos confirma o já mencionado anteriormente. Assim constata-se o forte reforço, ocorrido neste exercício, ao nível dos impostos diferidos para Provisões Económicas e Anti-ciclo (em linha com o reforço da mesma rubrica) e para Correcções Associadas ao Crédito Vencido (devido ao aumento da sinistralidade). É também visível a reposição dos impostos diferidos constituídos no exercício anterior para a rubrica de Provisões Económicas e Correcções Associadas ao Crédito Vencido. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas, que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

O Técnico oficial de Contas

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

Anexo

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2010, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Garval:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S. A.	8 460 386 acções
▪ Banco Espírito Santo, S.A	4 557 434 acções
▪ Banco BPI, S.A.	4 023 120 acções
▪ Banco Santander Totta, S.A.	3 153 927 acções
▪ Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3 152 180 acções
▪ Banco Comercial Português, S.A	2 966 860 acções
▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	2 122 500 acções
▪ Turismo de Portugal, I.P.	1 145 000 acções

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2010, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	16,92 %
------------------------------------------	---------

Accionistas Promotores

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

Accionista Promotor	N.º de Acções	%
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	8 460 386	16,92%
Banco Espírito Santo, S.A.	4 557 434	9,11%
Banco BPI, S.A.	4 023 120	8,05%
Banco Santander Totta, S.A.	3 153 927	6,31%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3 152 180	6,30%
Banco Comercial Português, S.A.	2 966 860	5,93%
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	2 122 500	4,25%
Turismo de Portugal, I.P.	1 145 000	2,29%
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	240 000	0,48%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	79 500	0,16%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	500	0,00%
Total Accionistas Promotores	29 901 407	59,80%

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, referentes ao exercício findo em 2010 Dezembro 31.

Ao longo deste período, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as respectivas notas anexas.

Considerando que o Relatório de Gestão, que contém uma proposta para aplicação dos resultados, explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados pela Assembleia Geral:

- 1) O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras acima, referentes ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2011 Fevereiro 14

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. Certificação Legal de Contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

NEXIA
INTERNATIONAL



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2010 Dezembro 31 (que evidencia um total de € 63 245 412 e um total de capital próprio de € 49 489 364, incluindo um resultado líquido de € 2 395 468), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Pessoa Colectiva 502 270 136. Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 250 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 56440. Capital Social 50 000 Euro.
Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º
4300-504 PORTO - PORTUGAL
Tel: (+351) 225 193 660
Fax (+351) 225 193 661
info@santoscarrvroc.pt
www.santoscarrvroc.pt

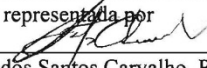
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2010 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2011 Fevereiro 14

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por


(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E,
Escritório 3.2
4100-455 Porto

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS (Relatório de Auditoria)

Introdução e responsabilidades

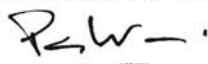
1. Examinámos as demonstrações financeiras da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo líquido de 63 245 412 euros e capitais próprios de 49 489 364 euros, incluindo um resultado líquido de 2 395 468 euros), a Demonstração dos Resultados e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2010, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.


BDO & ASSOCIADOS, SROC

Porto, 16 de Fevereiro de 2011

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.